

ATA DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro de outubro de dois mil e dezessete, realizou-se a 110ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio. Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Luciana Ribeiro da Fonseca (Ministério Público), Pegge Sayonara Mendes (ABESMG), Maria Helena de Fátima Silva (AME-SF), Nicanor Brasil Neto (CMSBH), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Márcio Benedito Baptista (UFMG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista). Suplentes presentes: Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Manoel Marques de Azevedo (AMESF) e Maria de Lourdes dos Santos M. Reis (CMSBH). Ausências justificadas: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Daniel Rodrigues Nogueira (SMATES), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS). O Conselheiro e Presidente do COMUSA, Josué Costa Valadão iniciou a reunião apresentando os pontos de pauta, que foram a proposta de alteração da Resolução COMUSA 002/2017 e uma palestra sobre “Parcerias para Prevenção de Risco”. O Presidente indicou o Conselheiro Rogério Siqueira para continuar conduzindo a reunião, uma vez que precisaria se ausentar. Ainda ressaltou o papel deste Conselheiro, que foi recém empossado como Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES – Sessão Minas Gerais. O Presidente afirmou que Rogério Siqueira será um canal de atualização de informações, por estar envolvido nas principais discussões relativas ao tema Saneamento no país. Em seguida, a palavra foi repassada para a Engenheira Carlota Virgínia Pereira Alves, da Secretaria Executiva do COMUSA, que procedeu à apresentação sobre a alteração da Resolução. A palestrante iniciou sua apresentação com um resumo da Resolução COMUSA 002/17, que propôs a inclusão de quatro novos empreendimentos, tendo sido aprovada na reunião do dia 26/09/17. Em seguida, a Engenheira apresentou a proposta de inclusão de dois empreendimentos. O primeiro deles é um empreendimento de controle de inundações na Rua dos Limões, na Bacia do Córrego Gorduras. O segundo trata-se de pagamento de indenização no valor de R\$ 49.000,00, relativo ao empreendimento “Urbanização Vila Alto Vera Cruz do OP 03/04. Terminada a apresentação, o Conselheiro Rogério Pena Siqueira, que presidia a reunião, colocou em votação a Resolução COMUSA 003/17, tendo sido aprovada por 9 (nove) votos a favor e 1 (uma) abstenção. Nesse ponto da reunião, a palavra foi repassada à Geóloga Isabel Eustaquia Queiroz Volponi, Diretora de Manutenção e Áreas de Risco da URBEL, para iniciar a palestra sobre “Parcerias para Prevenção de Risco”. A Geóloga iniciou a palestra explicando que a Diretoria de Manutenção e Áreas de Risco da URBEL faz a gestão do Programa Estrutural de Área de Risco – PEAR – que existe há 23 anos. O PEAR tem o objetivo de diagnosticar, prevenir e erradicar situações de risco geológico no Município, oferece assistência técnica social e educação ambiental àquelas comunidades que vivem em áreas de risco ou próximo a elas. A palestrante citou o PARTICIPEAR, que se constitui em uma espécie de orçamento participativo do PEAR, onde as obras são sugeridas pela comunidade e ocorre intensa discussão sobre as intervenções, para que a comunidade entenda o porquê daquela obra e a sua prioridade. O PEAR se divide em três etapas de obras: (i) obras de médio porte, que são executadas através dos contratos de manutenção; (ii) obras executadas com “patrulhinhas”, que são equipes que executam obras emergenciais e (iii) obras executadas com mão de obra dos moradores, sendo o material e a assistência técnica fornecida pela URBEL. Essa última tipologia é de grande importância no PEAR, uma vez que representa mais de 30% da erradicação de situações de risco do Programa. O PEAR é estruturado numa gestão compartilhada de proximidade, articulada com as outras políticas públicas municipais. Os técnicos trabalham em conjunto com a comunidade que vive nas áreas de risco,

compartilhando decisões e informações, por meio dos Núcleos de Defesa Civil – NUDEC's e dos Núcleos de Alerta de Chuva – NAC's. Os NUDEC's estão relacionados com as áreas de escorregamento e os NAC's com as áreas de inundação e alagamentos. Existem hoje no Município 44 NAC's, que contam com 400 voluntários e 43 NUDEC's com outros 400 voluntários. O grande desafio desse trabalho é o desenvolvimento de uma cultura de risco, ou seja, garantir que as pessoas envolvidas sigam todos os procedimentos de proteção, incorporando a ideia de que aconteça ou não um acidente, se for dado um sinal de alerta, ele deve ser considerado. Outro grande desafio é conscientizar a comunidade a não se expor a novas situações de risco, como por exemplo a reocupação de áreas de risco. Após concluída a apresentação, o Conselheiro Rogério Siqueira informou que, em relação ao discutido na última reunião do COMUSA sobre o tratamento das águas da Lagoa da Pampulha, o consórcio Pampulha viva irá entregar o relatório solicitado ainda esse mês para o engenheiro Ricardo de Miranda Aroeira, Diretor de Gestão de Águas Urbanas, da SMOBI, para que seja avaliado e apresentado na reunião do mês de novembro. Em seguida, passou a palavra para o Diretor-Presidente da URBEL e também Conselheiro, Claudius Vinicius Leite Pereira, para que ele fizesse suas considerações sobre o tema e dissertasse sobre a questão das ocupações irregulares no Município e dos riscos advindos disso. O Conselheiro Claudius Vinicius iniciou sua fala afirmando que a sustentabilidade do PEAR, assim como de qualquer programa relativo a áreas de risco, depende fortemente de ações de fiscalização. Os desafios da fiscalização em áreas formais já são grandes e nas áreas informais, como as Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS são ainda maiores, porque apesar de Belo Horizonte possuir uma legislação que conseguiu avançar um pouco, ainda são necessários ajustes no próprio procedimento fiscal. O Conselheiro ressaltou os resultados da política do Município de controle de risco, uma vez que na década de 90 existiam cerca de 15.000 edificações em áreas de risco alto e muito alto e hoje são cerca de 1.500 edificações. Em seguida, dissertou sobre a questão das ocupações no Município, que estão gerando novas situações de risco, com a ocupação de lugares inadequados, sem nenhuma infraestrutura urbana. Ele deu algumas informações e deixou alguns pontos de reflexão: (i) em algumas ocupações, as pessoas que participaram das ocupações, no início delas, não são as mesmas que estão lá hoje. Um exemplo é a ocupação Dandara, na qual 75% das moradias foram comercializadas. As pessoas que compraram esses lotes e moradias deveriam ser priorizadas pela política habitacional? (ii) foi realizado um cadastro no Anel Rodoviário e identificou-se que 40% das moradias eram ocupadas por homens sozinhos e jovens. Esse tipo de ocupação pode funcionar como política habitacional? (iii) quando ocorre uma ocupação o déficit qualitativo cresce, ou seja, crie-se a moradia, mas ela não tem a qualidade adequada, e muitas vezes é necessário implantar infraestrutura mínima no local; (iv) existem no Município hoje 40 novos perímetros de ocupação na cidade, que serão 40 novas zonas especiais futuras, o que cria um problema para a cidade porque essas áreas deverão ser dotadas de infraestrutura, para a qual os recursos virão da mesma fonte que aqueles relativos à política habitacional que poderia ordenar muito melhor a cidade; (v) a questão do tráfico de drogas hoje tem grande relação com as ocupações, uma vez que o dinheiro oriundo dessa atividade vem sendo aplicado na construção de imóveis nesses locais; (vi) a Prefeitura está tentando construir uma estrutura sólida para fiscalizar o espaço, de forma a reordenar a cidade e dar respostas mais ágeis, evitando a formação de vínculo na área que está sendo ocupada, além de perseguir uma política mais dinâmica de produção de moradia; (vii) sabe-se que em todas as ocupações existem pessoas que necessitam da moradia e outras que são oportunistas ou não são consideradas prioritárias de acordo com a política habitacional do Município. Assim, a posição do poder público não é fácil porque é a de buscar uma verdade em meio a esse conflito. Sabe-se, por exemplo, que uma reintegração de posse retira todos os ocupantes do local, mas se alguma família se tornar população de rua continuará sendo

problema da Prefeitura; (viii) os ocupantes iniciais do Dandara receberam suporte técnico de universidades para implantarem os arruamentos e preservarem a APP. Porém, como um processo de ocupação é extremamente dinâmico e de difícil controle, a APP está sendo ocupada, o que ocasionou, por exemplo, a ruptura do interceptor da COPASA e hoje todo o esgoto está sendo lançado na Lagoa da Pampulha que vem recebendo vultuosos recursos para ser recuperada. A PBH está realizando uma ação fiscal na área, mas as famílias retiradas vão ter que ser reassentadas, o que significa mais gastos; (iv) existem três locais em Belo Horizonte para os quais está sendo priorizada uma ação fiscal intensa no sentido de desocupação e mitigação da degradação que são o Dandara, o Aglomerado da Serra e as margens do Ribeirão da Onça. O Conselheiro Márcio Baptista, representante da UFMG, parabenizou a Geóloga Isabel Volponi pela apresentação e toda a equipe envolvida no trabalho, considerado por ele espetacular. O Conselheiro ainda indagou sobre a existência de alguma base quantitativa ou algum sistema de indicadores para acompanhar a eficácia das ações ao longo do tempo, de forma que a comunidade envolvida e a população em geral conheçam os resultados dos trabalhos. A Geóloga explicou que são avaliados o número e os tipos de demanda, que hoje estão muito mais relacionados com as obras de urbanização e menos com as obras de risco. O número de edificações em situação de risco também é um indicador monitorado continuamente. A URBEL está ampliando um pouco o universo de sua atuação, considerando a proposta do Novo Plano Diretor, que estabelece as Áreas de Especial Interesse Social – AEIS 2B que são os loteamentos clandestinos que necessitam de regularização fundiária e intervenções estruturantes. Para esses locais, primeiramente, estão sendo elaborados diagnósticos onde existe um nível de risco muito alto do ponto de vista de instabilidade e de falta de infraestrutura, como por exemplo os loteamentos Montes Claros, Getsêmani e Novo Lajedo. A conselheira Dra. Luciana Ribeiro parabenizou o trabalho apresentado e indagou sobre a responsabilidade pelo acompanhamento das obras e verificação de anomalias nos prédios construídos com o objetivo de reassentamento. Outra situação que a Conselheira citou foi em relação ao rompimento do interceptor na obra do Córrego Túnel/Camarões, situação ainda não resolvida. A conselheira sugeriu como pauta futura do COMUSA uma discussão sobre a fiscalização das obras que são aprovadas pelo COMUSA. A Geóloga Isabel Volponi explicou que a fiscalização dos projetos e obras existem, por parte da SUDECAP e/ou URBEL e também da Caixa Econômica Federal quando existe recurso financiado ou repassado pelo Governo Federal. O Conselheiro Rogério Siqueira reiterou a sugestão da Conselheira Luciana Ribeiro, de que seja pautada em uma reunião do COMUSA uma discussão a respeito da sistemática adotada pela SUDECAP e URBEL para fiscalização dos seus contratos, inclusive tratando da capacidade da administração de fiscalizar e como ela é compartilhada com os organismos financiadores, como por exemplo a Caixa Econômica Federal. Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada. Nada mais tendo a relatar, eu, Josué Costa Valadão, Presidente do COMUSA, lavrei a presente ata